

O INSTITUTO DA REPARAÇÃO

in- Biografia - O Padre Formigão e a Mensagem de Fátima-

Monsenhor Arnaldo Cardoso|Gertrudes Duarte Ferreira

A ideia da fundação de um Instituto de Reparação invadiu o pensamento e o coração de Formigão, a partir de 1920, e acompanhou-o sempre como ideal e paixão de toda a sua existência. Quando, em fins de Fevereiro de 1920, a Madre Maria da Purificação Godinho comunicou “o segredo da Jacinta”, o P. Formigão sentiu que a Virgem Santíssima queria tomar debaixo da sua especial protecção um Instituto centrado na Reparação, de que ele devia ser o promotor. Sentindo-se envolvido no processo, o P. Formigão teve de apelar para a sua humildade e para os desafios de tal missão. Sendo elemento estrutural da Mensagem de Fátima, a Reparação foi simultaneamente o seu tormento e a sua glória.

Fundação do Instituto da Reparação

A partir de 1923, ele já sonhava esse Instituto e desejava promover um novo estilo de vida dentro da Obra de Santarém. Nesse sentido insistia com D. Luísa para se dividir a Obra em três ramos distintos: Restauração; Reparação; Regeneração. Até 1925, nada perturbou as relações de actividade apostólica entre os dois, pelo contrário.

O projecto da “Reparação” segundo Formigão pretendia dar forma a um dos aspectos da mensagem de Fátima. Para se consagrar mais a essa causa procurou transferir-se para Lisboa, onde sonhava acompanhar num único Noviciado as senhoras e jovens que desejavam consagrar-se a uma vida de testemunho da mensagem de Fátima, segundo um caminho de actividade e de contemplação, que ele conhecia desde Santarém. Na sua perspectiva, Fátima era o sinal e o motivo de algo de “novo” em Portugal.

O espírito próprio do Instituto teria uma vertente eucarística e outra mariana, que as Constituições e a prática tradicional desde as origens, consagraram em dois pólos: a Reparação e Fátima. Intuídas inicialmente, estas características impuseram-se gradualmente, entre dores e alegrias.

Numa prática de Outubro de 1936, o P. Formigão dizia que a vida do Instituto estava intimamente travada com a obra divina de Fátima e que sem Fátima aquele não existiria. Nesta prática ele já definia a vida do Instituto como vida de contemplação e apostolado orientado para a santificação pessoal e a salvação das almas, em moldes adaptados às necessidades e exigências do tempo moderno.

O ideal de Reparação continuou, com maior intensidade, quando o grupo de “contemplativas”, saídas do Dafundo, se fixou em Fátima, em 1934. Em todos os projectos do Fundador, apresentados à Santa Sé, a Reparação aparece sempre como constitutiva da alma da Congregação. Às Irmãs explicava que a Reparação não é um conjunto de práticas, mas um espírito, que vive em todas as circunstâncias da vida, isto é, que se vive para amar, porque reparar é amar.

Este espírito de oração e contemplação, vivia-o o Fundador intensamente no seu íntimo e desejava ardentemente inculcá-lo no espírito de suas filhas. Igualmente desejava incutir nelas um amor apaixonado ao Instituto, que deviam ver como um dom precioso e magnífico de Deus, e conhecer e servir generosamente.

A ideia do P. Formigão de se organizar um noviciado comum tinha por fim dar unidade à Obra, ressaltando a índole especial de cada ramo, que, segundo ele, teria depois um novo noviciado na respectiva casa. A este propósito, consultou D. Luísa e os bispos responsáveis, que deram o seu acordo. A Irmã Cecília foi nomeada mestra de noviças e tudo parecia encaminhar-se numa forma modelar.

Segundo a Madre Luísa Andaluz esta “colaboração comum” existiu a partir de 1924, data em que começou oficialmente a Obra. Mas a Madre Cecília, a primeira Superiora Geral da futura Congregação da Reparação, assegura que essa colaboração remonta à fundação da Creche de Nossa Senhora dos Inocentes (2 de Dezembro de 1918). O P. Formigão foi, no quadro da pneumónica, um dos artífices da Obra, colaborando na assistência espiritual, na angariação de fundos e no fomento de vocações.

A interpretação das aparições do dia 13 de Outubro de 1917, conduziu o P. Formigão a olhar para a sua mensagem, estabelecendo estádios de um plano providencial traçado em Fátima, e que o terá colocado numa situação de entusiasmo não partilhado por D. Luísa: *A aparição de Nossa Senhora sob as três invocações do Carmo, do Rosário e das Dores, parece indicar a vontade de Deus de que se funde uma obra com três secções correspondentes: a do Carmo para educação de crianças e boa imprensa; a do Rosário para a adoração e Reparação ao SS.mo Sacramento; e finalmente a das Dores para a prevenção e regeneração das raparigas.*

Ao fim de hesitações várias, de que se falou em capítulo anterior, foi decidido, em reunião, o início do Instituto da Reparação. Era o dia 6 de Janeiro de 1926, festa da Epifania. No dia 3 de Janeiro, D. Luísa Andaluz, acompanhada por outras senhoras, deslocou-se a Lisboa para preparar a abertura da nova casa de Reparação e Adoração, na Rua Arriaga, que veio a abrir oficialmente no dia 6 de Janeiro. Algum tempo depois, por exigências de logística, as Irmãs ocuparam o abandonado Casino de Caxias, enquanto não surgiu a Casa do Dafundo, onde funcionou o Noviciado comum.

D. José, bispo de Leiria, benzeu a capela na nova casa do Dafundo e celebrou nela a primeira Missa, no dia 18 de Dezembro de 1930. O P. Formigão comunicou ao Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, estas alegres notícias e convidou-o a ir celebrar a Missa e fazer uma prática apropriada na nova capela, no dia em que principiava o “tirocínio”, ou seja, no dia 6 de Janeiro de 1931.

Nessa data, cinco anos após a fundação do ramo contemplativo da Reparação, a nova Casa *Betânia*, de acordo com D. Luísa Andaluz, começou a servir de noviciado tanto para o ramo activo da Obra, como para o ramo contemplativo. A partir deste momento, o campo de acção, e também de batalha, do P. Formigão em Lisboa passou a ser o ramo da Reparação.

Nesse dia, a capela estava cheia de convidados, entre os quais os directores da União Gráfica, Pensionato de Santarém, Pensionato de Portalegre e Pensionato-Creche do Redondo, Dr. Gabriel Ribeiro, Mons. Fernando Pais de Figueiredo, José da Costa Falcão e mãe, e Serrano, seminarista. Imprimiram-se trezentas recordações para distribuir pelos assistentes.

No dia 8 de Janeiro de 1931, D. Manuel da Conceição Santos, arcebispo de Évora, foi também a *Betânia* e, ao entrar na capela, foi saudado pelo grupo de cantoras da casa, com o cântico: “*Benedictus qui venit in nomine Domini*”. Dirigiu às Irmãs uma prática onde disse que a *Obra* tinha sido suscitada por Nossa Senhora de Fátima, que a Igreja a aprovou, e que os Prelados a patrocinavam. Assegurou que a humildade da *Obra* era a garantia da sua segurança.

Tudo corria normalmente, pelos começos do ano de 1931. D. Luísa, de vez em quando, visitava o Dafundo, para verificar a ordem e regularidade daquela casa, mas não muito assiduamente. O P. Formigão, que na altura residia ainda em Santarém, fazia ali frequentes visitas, destinadas ao ministério da confissão, da direcção espiritual e da formação para a vida religiosa.

Durante algum tempo, era notório o bom entendimento entre o P. Formigão e D. Luísa. Juntos tratavam de tudo o que se referia ao noviciado, entradas e saídas das aspirantes (...). E, quando no horizonte surgiu a ideia de um Instituto masculino, paralelo, no qual se poderia apoiar a *Obra* de Santarém, o Dr. Formigão, de princípio, recusou avançar com esse projecto, que retomaria, anos mais tarde.

A 1 de Maio de 1931, abriu, em Fátima, a segunda casa da *Reparação*. O P. Formigão registou tal facto no seu *Diário*.

No dia 13 de Maio, Sua Eminência o Cardeal Patriarca consagrou Portugal ao Imaculado Coração de Maria, e invocou Nossa Senhora sob as três invocações do Rosário, do Carmo e das Dores. O P. Formigão anotou no seu *Diário* que o Sr. Cardeal lhe disse que foi em atenção a ele e que se tinha inspirado nos seus escritos, e que ele respondeu que era em homenagem à verdade.

Esta consagração ao Imaculado Coração de Maria foi preparada antecipadamente pelo P. Formigão, que, em Fevereiro desse ano, enviou para a imprensa uma minuta, solicitando o patrocínio desta para a divulgação da campanha que a “*Voz da Fátima*” havia iniciado nesse mês.

Nesse mesmo dia 13 de Maio, o noviciado foi em peregrinação a Fátima, e o grupo já pôde hospedar-se na nova casa.

Durante alguns anos, o funcionamento da casa de formação no Dafundo decorreu sem incidentes, mas o fosso entre “*activas*” e “*contemplativas*” foi-se avolumando. Em Agosto de 1931, Formigão expôs ao Cardeal Patriarca a vantagem da sua transferência para Lisboa, a fim de se poder dedicar melhor à assistência espiritual na Casa do Dafundo e na de Fátima, entretanto aberta.

No seu *Diário* do dia 18 de Abril de 1932, Formigão anotou que D. Luísa, em carta dirigida à Mestra, de 16 do mesmo mês, dizia:

Esta Obra é uma grande maravilha, nela se vão operando dia a dia grandes milagres! Peçam aí sempre muito a Deus que eu não desmereça, pela minha miséria, as muitas graças de que Nossa Senhora se serve de ser Medianeira para com todos nós.

O noviciado “*comum*”, apesar do carácter provisório e das dificuldades inerentes, prolongou-se até à separação, em Maio de 1934. O problema mais grave residia no facto de se pretender conjugar nele, dois objectivos bem diferentes: formar para a vida activa e para a vida contemplativa. Tanto a *Obra* de Santarém, com um número de membros já elevado, como o ramo contemplativo, incipiente, necessitavam imperiosamente de organizar a primeira formação, sem a qual não se podia alcançar a

devida consistência. O difícil problema estava na organização “comum”. D. Luísa compreendeu bem essa dificuldade, mas, tendo aceite a proposta de um Instituto constituído por “três ramos”, viu-se forçada a acolher essa solução.

Em Novembro de 1932, o Cardeal Patriarca incumbiu o P. Formigão de organizar o processo com vista a obter o *Nihil Obstat* para a Obra de D. Luísa. Ao mesmo tempo, sucedem-se algumas reuniões de Prelados e do Cardeal Patriarca acerca da organização da Obra, enquanto D. Luísa se manifesta preocupada quanto ao seu futuro.

Em Janeiro de 1933, Madre Luísa Andaluz acusava já sinais de crítica perante as propostas de mudança segundo o P. Formigão. Sublinhando a colaboração entre os diversos ramos da Obra e a fidelidade ao programa traçado pelos Prelados, D. Luísa assim se expressava:

Eu acho que Deus quer a Obra tal qual ela está, com os seus três ramos, embora muito unidos, fazendo uma vida o mais uniforme possível, mas segundo os seus respectivos ramos. Acho impossível agora, depois de 10 anos de vida com este programa, que foi aprovado pelos respectivos Prelados e que tem sido bem visivelmente abençoado por Deus, mudarmos de programa e de bandeira.

Em Maio de 1933, houve um encontro em Fátima entre Formigão e D. Luísa, mas não serviu para resolver as dificuldades existentes, assim como não serviram os futuros encontros com o Cardeal Patriarca. D. Luísa suspeitava que o P. Formigão a colocava em segundo lugar nos seus projectos e que tentava afastar dela o pessoal de *Betânia* já formado. Isso dá aso a que Formigão pergunte a D. Luísa se mantém as suspeitas a seu respeito, e que o diga, porque isso poderia levá-lo a afastar-se da Obra. Dos dois lados, estava a chegar-se à conclusão de que o caminho de saída passava pela separação dos dois ramos da Obra.

Este ambiente de tensão interna coincide com a viagem de Formigão pela Europa, em Setembro de 1933, com o fim de estudar Institutos modernos, organismos de Acção Católica e de Acção Social.

Regressado a Lisboa, Formigão confrontava-se com a decisão de os bispos não autorizarem a separação da Obra, ao mesmo tempo que verificava que os seus relatórios sobre os encontros com organismos europeus não tiveram eco nem apoio. Parece que a Formigão estava fugindo o terreno debaixo dos pés!

Separação dos dois ramos da Obra

Em Fevereiro e Março de 1934, Formigão escreveu a D. José, bispo de Leiria, agradecendo o acolhimento das contemplativas em Fátima; com esta segurança, encontra-se com o Cardeal Patriarca; e encontra-se, duas vezes, com o arcebispo de Évora, uma das quais também com D. Luísa (1 Maio).

Daqui saiu o “pacto de Évora”, segundo o qual as contemplativas seriam livres para seguirem o seu caminho, ficando por estabelecer, de comum acordo, o plano da separação das contemplativas da Obra de Santarém. A seguir, Formigão escrevia ao bispo de Leiria sobre o acordo da separação, confidenciando o fim de um “martírio de alma que dura há já dez anos” e agradecendo o acolhimento das contemplativas na sua diocese.

Já no Dafundo, o P. Formigão escreve um longo relatório ao arcebispo de Évora, onde defende a separação das contemplativas e deixa transparecer a sua insegurança quanto às disposições psicológicas de D. Luísa. Sendo assim, em Março, todos (bispos

de Lisboa, Évora e Leiria, P. Formigão e D. Luísa) estavam de acordo quanto à necessidade da separação dos dois ramos, ficando de fora o modo mais conveniente de o fazer.

Entretanto, antes da reunião dos bispos que deveria decidir a separação da Obra, o P. Formigão pede orações por todo o lado, por essa intenção. Em Abril de 1934, promove uma campanha de orações, em união com as Carmelitas de Lisieux, sentindo o peso de uma grande insegurança à sua volta.

Receando a força da aliança entre o Patriarca e D. Luísa, Formigão confia na acção da graça e procura envolver na questão, o mais possível, os bispos da sua confiança, o de Évora e de Leiria. A 18 de Abril, Formigão encontra-se em Fátima e daí escreve duas cartas a 20 e 21 de Abril para o arcebispo de Évora e para o bispo de Leiria, que entretanto tinham entrado em retiro, insistindo na sua argumentação a favor da separação.

Na reunião, os bispos acabam por decidir a não separação do ramo da Reparação da Obra de D. Luísa, negando a autorização de Formigão abrir um Instituto independente da Obra de Fátima. Então, o P. Formigão procura obter informações e esclarecimentos mediante o arcebispo de Évora e o bispo de Leiria, que remeteram a resposta para o Patriarca. O bispo de Leiria convida o P. Formigão para almoço no dia 25 de Abril, sexta-feira santa, regressando este ao Dafundo, na tarde daquele dia.

O P. Formigão apontou no seu *Diário* que, no dia 30 de Abril, o Sr. Cardeal foi estar com ele ao Dafundo, ao fim da tarde. Ali fez uma prática às contemplativas e falou com duas. Tendo-o depois acompanhado ao Paço, onde jantou, o Sr. Cardeal voltou a falar com Formigão, mostrando-se muito amável, sereno e bem-disposto. Interessou-se pela sua situação, onde vivia, quanto pagava pelo quarto, onde comia e quais os rendimentos que tinha, lamentando que não tivesse dito nada a esse respeito.

Ao visitar a casa do Dafundo, o Patriarca informou Formigão do resultado da reunião episcopal quanto à unificação da Obra de D. Luísa, e que a decisão dos bispos era irrevogável. O P. Formigão recordou ao Cardeal Patriarca a promessa de perpetuidade do ramo feita pelos Prelados, na qual se fundamentou quando encaminhou as jovens para a Obra, e lhes assegurou que o ramo da Reparação teria estabilidade e seria aprovado com os outros ramos em que a Obra estava dividida, na sua fase primitiva. Essa tinha sido a promessa do Sr. Cardeal Mendes Belo e dos outros Prelados.

Perante a comunicação do Patriarca, Formigão sentiu como um espinho que lhe atravessou o coração, mas não lhe tirou a capacidade de pensar e nem de reagir. Na organização actual da Obra, ele via que as contemplativas não podiam realizar “*as suas aspirações*”. Por isso, escreveu no seu *Diário*, no dia 30 de Abril de 1934: “*A tão suspirada separação viria pôr termo a uma situação extremamente dolorosa. As contemplativas estavam ansiosas para verem o fim dum martírio que se iria agravando cada vez mais, porque teriam de pertencer a um Instituto, cujo espírito lhes é completamente estranho*”.

A separação dos dois ramos da mesma árvore não foi indolor. Depois da conversa com o Sr. Cardeal, o P. Formigão ainda tentou convencer as contemplativas a não saírem da Obra. Recomendou-lhes que se deixassem ficar, mas acrescentou que não as podia obrigar a isso. Elas “*mantiveram-se firmes no seu propósito, por considerarem ser essa a vontade de Deus, quaisquer que fossem os sacrifícios que tivessem de fazer*”.

O P. Formigão, não querendo agir por si próprio, ainda fez outras diligências: “Foram consultados quatro Prelados e numerosos sacerdotes, regulares e seculares, que as confirmaram nos seus propósitos”.

O grupo das contemplativas resistiu às tentativas de unificação da Obra de D. Luísa e, após várias diligências de Formigão, acabaram por ser acolhidas em Fátima pelo bispo de Leiria, contrariando este a ideia do Patriarca de que em Fátima já se encontravam as Carmelitas.

Nos meses seguintes, Formigão, experimentando a dureza da rejeição do “seu” projecto como *excrescência*, e declarando que tal se devia à sua infidelidade e aos seus pecados, congeminou algumas hipóteses de sair do Patriarcado, onde sentia já não ser o seu lugar. Nestas condições, no fim de um “martírio” atroz, Formigão acabou por tratar com o bispo de Bragança a sua ida para lá, e de obter a autorização relutante do Patriarca.

O bispo de Bragança, D. Luís António de Almeida, havia também manifestado a sua opinião a pessoas das suas relações, dizendo que o P. Formigão, no caso da separação, tinha sido vítima. E o arcebispo de Mitilene confidenciou ao Cónego José Garcês (Santarém) que o P. Formigão dera um golpe de mestre, referindo-se à divisão da Obra e à aceitação das contemplativas pelo bispo de Leiria. O alemão Dr. Fischer também se manifestou solidário com o P. Formigão, comentando que “as dificuldades e as contrariedades são o selo das obras de Deus”.

Reservado como era, sem censuras contra ninguém, o P. Formigão lutou quanto pôde por uma ideia-chave da mensagem de Fátima – a Reparação. No meio de outras interpretações, a ideia-motor que o conduzia, colada à pele, era a de uma fidelidade total à missão de que se sentiu investido, isto é, de afirmar o lugar de Deus na vida e na história. Confiado no apoio de alguns bispos (de Leiria e de Évora), aquilo que mais o terá feito sofrer foi a falta de apoio do seu próprio bispo, por causa de visões diversas sobre o problema das Reparadoras, mas sobre esse sentimento não escreveu uma palavra.

A sua saída de Lisboa não era uma desistência, mas sim uma retirada estratégica, o testemunho de uma fé inabalável, confiante na “hora de Deus”. A sua missão continuou noutros espaços, sem queixumes nem acusações!

Implantação do novo Instituto da Reparação

O ano de 1934 foi decisivo para o novo Instituto. Desde o dia 14 de Maio de 1934, e com a autorização do bispo D. José, a pequena comunidade contemplativa de Reparadoras dava início à sua nova vida, em Fátima. Era um grupo pequeno e corajoso de senhoras que tinham deixado, contrariadas, o noviciado do Dafundo, por ordens superiores.

A vizinhança começou a dar-se conta da sua existência e interrogava-se a que Congregação pertenceriam aquelas senhoras. Julgavam-nas noviças de santa Teresinha. Os primeiros dias foram difíceis. Como não tinham mobílias nem quaisquer utensílios, a primeira refeição tomaram-na no chão, com jornais a servir de toalha; a segunda, foi em cima de cadeiras, tomando a sopa com colheres de chá. A sua pobreza era extrema, mas a sua confiança em Deus fazia que tudo superassem com alegria.

A pequena comunidade foi despertando interesse também entre os membros do clero e até do episcopado. Mons. Manuel Jorge da Fonseca, antigo Reitor do Colégio

Português, depois da sua primeira visita à Casa de Nossa Senhora das Dores, animou as Irmãs a terem coragem e confiança no futuro!

Mons. Mendes do Carmo a quem o P. Formigão tinha pedido para orientar um retiro às Irmãs, escreveu-lhe da Guarda, solidarizando-se com as tribulações por que ele tinha passado e enaltecendo a Obra da Reparação, como urgente e necessária.

Numa ocasião em que por ali passou, também o Sr. arcebispo de Évora manifestou, de longe, interesse pela Casa de Nossa Senhora das Dores.

O Sr. D. José, bispo de Leiria, mostrou desejo de que as Irmãs tocassem e cantassem no Santuário, na devoção do mês de Maria, a que assistiam os operários. Elas assim fizeram. Foram também informadas de que, por ordem superior, não poderiam receber candidatas vindas da Obra de D. Luísa. Parece que o Cardeal Patriarca se mostrava muito preocupado que, com a fundação do novo Instituto, se desmoronasse a Obra de D. Luísa.

O P. Formigão, por sua vez, acompanhava com solicitude e carinho a pequena comunidade nascente e tudo o que a ela dizia respeito. No dia 17 de Maio, escreveu assim no seu *Diário: Dia aniversário da canonização de Santa Teresinha do Menino Jesus. A grande santa não permitiu que chegasse esse dia sem estar alcançada a graça que se lhe pediu há tanto tempo e com tanta confiança.*

Essa graça era a da separação dos dois ramos, respeitando o espírito de cada um. A “grande santa” era uma das grandes devoções do P. Formigão, que via nela o exemplar da alma contemplativa e adoradora. Essa devoção levou-o a Lisieux na sua viagem pela Europa em 1933, moveu-o no pedido de orações em 1934 pedindo a separação e inspirou o título para a Escola de Santa Teresinha, anexa à Oblatura em Fátima, em 1936.

No dia 24 de Maio, o P. Formigão foi recebido por D. José, no Paço de Leiria, e pessoalmente agradeceu-lhe a caridade de ter acolhido na sua diocese as contemplativas, para formarem um Instituto distinto e separado da Obra de Santarém. Pô-lo ao corrente dos fundos, rendimentos e fontes de receita de que o Instituto poderia dispor, durante a sua vida e por sua morte.

Como as senhoras não quiseram escolher o nome a dar à casa, como lhes facultara o Sr. bispo, este deu-lhe o título de Casa de Nossa Senhora das Dores, fundamentando-se nas invocações da aparição em Fátima, que eram três: a do Rosário, já honrada por todo o povo na Cova da Iria; a do Carmo, pelas Carmelitas, que tinham tomado S. José como seu protector especial; por isso, à nova casa convinha o título especial de Nossa Senhora das Dores.

Desde o início, o sustento da Casa de Nossa Senhora das Dores era a grande preocupação do Fundador. Por proposta sua, aprovada por D. José, foi criada a “Liga dos benfeitores da Casa de Nossa Senhora das Dores” que o P. Formigão começou de imediato a organizar. De igual modo, o produto da venda dos seus livros sobre as Aparições de Fátima deveria reverter para apoio da Obra da Reparação, assumida pelas Irmãs: mil exemplares de *A Pérola de Portugal*; duzentos de *Fátima, o Paraíso na Terra*; e quatrocentos de *As Grandes Maravilhas de Fátima*.

Em meados de Junho, conhecendo o seu desejo de terem o Santíssimo em casa, o P. Formigão sugeriu-lhes, confidencialmente, que preparassem a capela, porque estava confiante que o Sr. bispo, brevemente, iria lá pôr Nosso Senhor. Disse-lhes também que

não se podia admitir na Casa de Nossa Senhora das Dores pessoa alguma proveniente da Obra da Sra. D. Luísa.

As notícias que chegavam ao P. Formigão da nova comunidade eram satisfatórias. Não obstante as dúvidas que acompanhavam as contemplativas quanto à aprovação do novo Instituto, o P. Formigão julgava assegurado o futuro do Instituto e inculcia nas Irmãs confiança em Deus, em Nossa Senhora de Fátima e em Santa Teresinha. Só lhes recomendava fidelidade na observância, união na comunhão entre todas e perseverança no amor ao Instituto.

O Sr. D. José, bispo de Leiria, mostrava-se bem impressionado com as senhoras, conforme informação por carta ao P. Formigão, por ocasião de exercícios espirituais com o clero. Em todo este tempo, Formigão desdobrou-se em contactos para dar a conhecer o novo Instituto e angariar vocações.

Em Fátima, o grupo conservou-se em número reduzido, dadas as fortes limitações impostas para receber outros membros da Obra de D. Luísa, mas, uns meses mais tarde, chegou um grupo de cinco Irmãs. Entretanto, era designada como vice-mestra de noviças a Ir. Lucília Campos de Carvalho.

O Sr. D. José, que acompanhava com solicitude a vida da pequena comunidade, manifestou desejo de que as Irmãs, na adoração, vestissem uma espécie de hábito. O P. Formigão foi informado pelo P. Manuel Carmo Góis, Secretário da Câmara Eclesiástica de Leiria, de que o Senhor bispo estava muito contente por ter recebido o grupo saído da Obra de D. Luísa, e que, relativamente ao Instituto, tinha um plano de fundar, em Fátima, uma espécie de colégio de vocações para crianças, que pensava entregar às Oblatas do novo Instituto.

O dia 14 de Agosto foi de grande festa para a nova Betânia de Fátima. O P. Formigão, que por razões de prudência tinha estado ausente durante todo aquele tempo, apresentou-se nesse dia em Fátima para benzer os hábitos e atender as Irmãs.

No dia 23 de Agosto de 1934, o Sr. D. José encontrava-se na Cova da Iria. Falando com a Ir. Cecília, deu-lhe esperança de permitir a admissão de uma candidata do Porto na Casa de Nossa Senhora das Dores. Recomendou muito cuidado com as admissões, interessou-se pela casa e pelo jardim, aconselhou a plantação de roseiras, deu a entender que pensava receber as que saíram da Obra de D. Luísa. A Ir. Cecília dispôs-se a acolher aquelas que viessem passar algum tempo à Casa de Nossa Senhora das Dores, o que parece ter agradado ao Sr. bispo.

Ainda antes de ir para Bragança, o P. Formigão rareava as suas visitas a Fátima e à Casa de Nossa Senhora das Dores. Fazia-o por prudência e por respeito da decisão dos bispos. A Irmã Cecília, porém, não deixava de apelar à sua presença que considerava necessária para apoiar e fortalecer o grupo. Apesar das circunstâncias adversas, o P. Formigão continuou a acompanhar, com vivo interesse, o desabrochar da vida do novo Instituto da Reparação.

Entretanto, a pequena Comunidade de Reparadoras sentia que algo de importante lhes faltava para que se sentissem felizes. De facto, não lhes era permitido ter o Santíssimo Sacramento na sua Casa, como Rei e Senhor. A razão invocada por D. José era a falta de sacerdotes para renovar as sagradas espécies, mas, na realidade, a verdadeira razão prendia-se com toda a situação criada com a separação da Obra. Foi preciso esperar quase um ano, a fim de obterem licença do Sr. D. José, para a celebração de Missa, sempre que houvesse sacerdote disponível. Esta licença foi-lhes concedida,

finalmente, no dia 10 de Outubro de 1935. Mais tarde, chegaria também a licença de ter sacrário com o Santíssimo.

Futuro do Instituto

Perante as decisões da autoridade eclesiástica, as Irmãs Reparadoras sentiam-se inseguras quanto à aprovação do Instituto. Em Agosto de 1934, a Irmã Cecília respondia, atemorizada, a uma carta do P. Formigão, onde ele lhe dizia que desejava falar com ela confidencialmente acerca do Instituto, por causa duma conversa que tinha tido com o Sr. Cardeal Patriarca. E desabafando as suas dúvidas, terminava com um apelo à fé na *mão forte e poderosa que nos segura*.

Entretanto, o Sr. D. José, devido à problemática existente por causa da separação, exarou um edital (Outubro de 1934) que mandou entregar à Superiora da Casa de Nossa Senhora das Dores, no qual determinava que, entre as Senhoras da Obra de D. Luísa Andaluz e as do ramo da Reparação que se albergaram em Fátima, não poderia haver a mínima correspondência, falada ou escrita. Proibia também que fosse admitida em Fátima qualquer das senhoras da Obra de D. Luísa, mesmo que tivesse pertencido ao ramo da Reparação.

Cinco meses depois de se terem estabelecido em Fátima, as residentes da Casa de Nossa Senhora das Dores tiveram o seu primeiro retiro, que lhes foi dado por Mons. Mendes do Carmo, a convite do P. Formigão. Em carta de 10 de Outubro 1934, onde confirmava a sua aceitação do convite para dar o retiro, Mons. Mendes do Carmo manifestava ao P. Formigão a sua opinião entusiasta acerca da obra da Reparação.

No dia 28 de Outubro de 1934, em que começava o retiro das Irmãs, o P. Formigão foi ao Paço de Leiria falar com o Sr. bispo e pedir-lhe as licenças necessárias, tais como a da celebração da missa, o ter o Santíssimo exposto para adoração diurna durante o tempo do retiro e autorização para Mons. Mendes do Carmo e ele próprio poderem confessar na capela da Casa. D. José despachou estes pedidos e autorizou que o Santuário fornecesse tudo o que fosse necessário para a capela. Só não permitiu que se conservasse o Santíssimo depois do retiro, por não ter sacerdote disponível para lá ir ao menos uma vez cada semana.

O novo Instituto que se abria à vida da Igreja no planalto da Cova da Iria, iria ter o seu próprio nome. O Fundador propôs que se chamasse “Congregação das Religiosas Reparadoras do Santíssimo Sacramento e de Maria Imaculada”. No entanto, submeteu a D. José a sua aprovação ou a escolha de outro título.

D. José propôs que se mudasse o nome para “Religiosas Reparadoras de Nossa Senhora das Dores de Fátima”. E explicou: “A Congregação nasceu nas Dores de Nossa Senhora, com elas tem vivido...” Foi este o nome que ficou, durante os primeiros anos.

O P. Formigão sempre recusou a assumir-se como Fundador do Instituto da Reparação, atribuindo a D. José, bispo de Leiria, esse título. D. José, porém, em carta de 17 de Setembro de 1940, lembrou-lhe que se devia corrigir o que ele afirmava a respeito do papel de Fundador. Quando leu o documento a ser enviado para Roma a pedir a aprovação do Instituto, e notou que o P. Formigão o declarava fundador do Instituto, D. José afirmou taxativamente que o Fundador do Instituto era o P. Formigão e que ele tinha “sido o seu grande sustentáculo através de tantas dificuldades”.

O P. Formigão respondeu que foi só com a autorização e directrizes de D. José que ele se dedicou a organizar um Instituto de Reparação, procurando ser fiel à

mensagem de Nossa Senhora mediante a vidente Jacinta. Assim, o P. Formigão confiara o Instituto à protecção de D. José, e que, por isso, ele era “de direito e de facto, o Fundador do Instituto”.

No pé em que as coisas se encontravam, o Fundador sentia fortemente a responsabilidade de acompanhar as Irmãs naquela situação. Consciente do dever de apoiar a pequena comunidade de Fátima, Formigão procurava *fornecer o pábulo material e espiritual*, como dizia na carta dirigida à futura Irmã Maria do Carmo, com data de 8 de Junho de 1934.

A fim de prover às necessidades do Instituto nascente, o P. Formigão obteve licença de D. José, bispo de Leiria, para dispensar uma gratificação que recebia, em favor da Casa de Nossa Senhora das Dores. Na mesma carta, chamava a sua atenção para as disposições das Irmãs e para as vocações que estava orientando para o Instituto e para as Oblatas.

No dia 30 de Janeiro de 1935, escrevendo à Irmã Cecília, Formigão informava-a de que andou a pedir esmolas para as suas filhas. Disse que lhe custou muito, mas que o fez com alegria! Ele conhecia as necessidades da sua Obra nascente, e por isso, se preocupava em angariar subscritores para assegurar a manutenção da Casa de Nossa Senhora das Dores, em Fátima. Ele não queria que faltasse o necessário às Irmãs.

A preocupação com a estabilidade económica do seu Instituto e da Casa de Nossa Senhora das Dores, da Cova da Iria, fez com que o P. Formigão comesçasse, no dia 4 de Outubro de 1935, a publicar no jornal diário “O Comércio do Porto”, uma série de artigos, sendo o produto da sua colaboração destinado a Fátima. A secção tinha o título “Sob o Signo da Tradição”, e o primeiro artigo foi sobre a “Exposição Colonial Portuguesa”.

Em Bragança, o P. Formigão procurava também angariar benfeitores permanentes para o seu Instituto. As Irmãs esforçavam-se igualmente por encontrar benfeitores, entre os seus conhecidos. Respondendo a uma carta da Ir. Teodolinda, o P. Formigão aconselhava-as a que deixassem a Nosso Senhor o encargo de tocar os corações e inspirar generosidades, pois só d’Ele precisavam e não das criaturas, e que ganhassem amizades e dedicações. E lembrava ainda que só os pobres é que dão, como a experiência o demonstrava.

Entretanto, em Bragança, Formigão tinha conseguido um bom número de oblatas externas, que eram designadas como “agregadas” e viviam o espírito do Instituto, e que generosamente o ajudavam. Estas senhoras auxiliavam-no ainda na angariação de vocações, e na difusão da imprensa de sua autoria: revista *Stella* (1937), o *Calendário* (1940), *Almanaque de Nossa Senhora de Fátima* (1944).

Uma outra actividade a que as Irmãs se dedicavam para obterem fundos para a sua subsistência, era a confecção de bolos que depois vendiam. As denominadas “carrasquinhas”, muito apreciadas, constituíram, durante algum tempo, uma fonte de receita para o Instituto.

Ao fim de um ano de prova, a situação do novo Instituto não era ainda clara. Por um lado, a autoridade eclesiástica mantinha algumas reservas, esperando que o tempo ajudasse a curar as feridas do passado, e a realidade dos factos se estabilizasse; por outro lado, o bispo de Leiria ia dando alguns sinais de apoio. Por todas as circunstâncias que rodeavam o facto da separação dos dois ramos, o Fundador recomendava às Irmãs

que rezassem e confiassem, e não receassem as dificuldades, uma vez que as grandes obras de Deus assentam sobre o sacrifício, até ao sangue.

De facto, o novo Instituto teve de enfrentar obstáculos e provas. Nos primeiros anos, D. José não só não autorizou a permanência de Nosso Senhor Sacramentado dentro da Casa de Nossa Senhora das Dores, como também não autorizou a instituição da Oblatura tão cedo quanto era desejo do Fundador, para que o Instituto pudesse expandir-se em actividades apostólicas.

Por outro lado, D. José, no ano de 1935, contribuiu para a consolidação do Instituto com várias decisões: autorizou que fossem admitidas, no mês de Dezembro, como postulantes, sete candidatas de Bragança e arredores; que nessa ocasião o Revdo P. Luís de Sousa, OFM, desse o retiro canónico anual; que no princípio de Janeiro começasse o noviciado, assim como o Postulantado; e que as Irmãs Ernestina e Teodolinda fossem dispensadas do segundo ano do noviciado.

Porque as dúvidas se mantinham no espírito das Irmãs e no ânimo de muitos, o P. Formigão, no sentido de tranquilizar a Irmã Cecília a respeito do futuro do Instituto, escreveu-lhe uma carta, com data de 29 de Agosto de 1935, onde lhe assegurava que o Instituto iria ser aprovado. A forma como tudo tinha vindo a decorrer nos últimos tempos dava ao P. Formigão argumentos bem convincentes, mas, agora, limitava-se a apontar apenas dois factos: a licença para terem hábito e a licença para entrarem novos elementos.

Quanto a terem missa em casa, o Sr. D. José informou o P. Formigão que daria um capelão às Irmãs, logo que pudesse dispor de um sacerdote para esse fim, diligenciando para que o tivessem logo no início de Janeiro de 1936.

Quanto à autorização de ter o Santíssimo Sacramento em casa, tanto o Dr. Mendes do Carmo, nomeado assistente do Instituto, como o Dr. João Pereira Venâncio (depois, bispo de Leiria), mostravam-se empenhados em que D. José concedesse licença para ser celebrada Missa e se conservar o Santíssimo Sacramento na Casa de Nossa Senhora das Dores. Esta atitude de ambos foi fundamental para que o P. Formigão se sentisse impelido a solicitar de D. José a autorização para esse fim.

Estas boas notícias elevaram o ânimo da Irmã Cecília que começou a preocupar-se em criar condições na Casa para acolher as novas vocações. Propôs ao Fundador continuar as obras já iniciadas, mandar construir um refeitório e uma capela mais espaçosa no primeiro andar do edifício e adquirir uma faixa de terreno ao lado da nova Casa de Betânia.

Finalmente, chegou o dia 8 de Dezembro de 1935, em que, pela primeira vez, todas as Irmãs vestiram o hábito religioso. Nesse mesmo dia, a Irmã Cecília escreveu ao P. Formigão, dando-lhe a notícia de como decorreu a cerimónia e dizendo que fizeram a consagração com a fórmula que ele lhes tinha enviado. Falava-lhe ainda da admiração que causou às pessoas de fora a vista do hábito e da maior compostura que dava às Irmãs.

O P. Formigão manifestou-se muito comovido com o que a Madre Cecília lhe relatou sobre esse grande dia. O dia da vestidura era, de facto, um passo importante para a aprovação do Instituto, já que tudo se tinha passado com autorização de D. José, bispo de Leiria (carta de 10 de Dezembro de 1935).

Apesar da distância a que se encontrava, em Bragança, o P. Formigão acompanhava com desvelo todas as etapas do seu Instituto, e delas dava conhecimento a

D. José. Em carta de 17 de Dezembro de 1935, informava-o também de que ia enviar, de Bragança, cinco aspirantes que iriam ingressar no Instituto em Fátima. E esperava que, em 1936, as candidatas fossem sete.

De facto, no dia 28 de Dezembro, teve início o retiro preparatório que se prolongou até ao dia 5 de Janeiro de 1936, e, no dia 6, aniversário da fundação do ramo contemplativo, começou o Postulantado com 5 postulantes e o Noviciado com três noviças. A Mestra de noviças era a Irmã Lucília, auxiliada pelas Irmãs Ernestina e Teodolinda.

Por esta altura, já a ideia da adoração permanente, em Fátima, andava muito ligada ao novo Instituto. O P. Manuel Pereira da Silva, Secretário da Câmara Eclesiástica de Leiria, depois duma visita à Casa de Nossa Senhora das Dores, escreveu ao P. Formigão falando das suas boas impressões ali recolhidas e do pensamento de que aquelas Irmãs, ali reunidas, iriam retomar a feição que o Fundador lhes quis dar no Dafundo: a obra da adoração perpétua. E logo acrescentou que ao Senhor bispo sorria a ideia do Lausperene contínuo, ininterrupto.

Mons. Mendes do Carmo, em carta de 25 de Janeiro de 1936, referiu-se igualmente à adoração perpétua ligada ao novo Instituto, cuja Casa seria a pequenina semente duma grande obra divina.

Estas notícias deviam ser altamente consoladoras para o P. Formigão que, assim animado, não se poupava a esforços para tornar mais conhecido e apreciado o seu Instituto. Com esse fim, propôs a D. José a ida de algumas Irmãs a Bragança, por ocasião da Semana Santa. O seu pedido foi bem acolhido, conforme o informou o Vigário Capitular da diocese (Janeiro de 1936), ao afirmar que essa deslocação proporcionaria ao Instituto, simpatia, protecção e vocações.

Consciente de que a qualidade de vida do Instituto dependia das pessoas, uma grande preocupação de Formigão era o recrutamento de vocações, e não apenas para religiosas, mas também para auxiliares das Irmãs, na situação de oblatas do Instituto. Esta preocupação andava ligada à organização interna da vida da Comunidade.

A Comunidade possuía já um Regulamento, ainda que provisório, que o Fundador enviara, para que as próprias Irmãs, experimentando-o no dia a dia, dessem o seu contributo para a elaboração final das Constituições do Instituto. As reuniões em que se discutiram as bases dos Estatutos do Instituto e da Oblatura anexa, foram presididas pelo Fundador e ocorreram nos dias 14-15 e 17-18 de Abril de 1936. Nesta ocasião foram nomeadas mais duas Irmãs, para o Conselho Geral do Instituto, que passou a ser constituído por cinco elementos.

A aceitação que o Instituto estava a alcançar e a esperança do seu progresso levaram o P. Formigão a preocupar-se em adquirir um terreno próximo da Casa, nas traseiras do edifício, em Fátima. Por essa altura, o P. Formigão pensava já na organização do apostolado da boa imprensa, para o seu Instituto.

Em 12 e 13 de Maio de 1936, o P. Formigão esteve de novo em Fátima. Após a sua visita à Casa de Nossa Senhora das Dores, voltou a dar notícias a D. José, acerca das impressões que levou daquela Casa, manifestando-lhe o seu regozijo pelo ambiente de paz, alegria e felicidade, que ali observou.

No dia 20 de Maio, o P. Formigão enviou ao Sr. bispo de Leiria um relatório sobre o estado da Casa de Nossa Senhora das Dores e pediu a sua bênção para os planos em execução. Nesse mês, havia já cinco postulantes, provenientes de Bragança, e três

noviças, que vinham da casa do Dafundo. Em resposta o Sr. bispo manifestou o seu contentamento e felicitou o P. Formigão pelo desenvolvimento da Obra e pelas consolações que lhe tem proporcionado.

Seguindo os conselhos do Fundador, a Ir. Cecília e a Ir. Maria do Carmo deslocaram-se a Bragança, depois a Braga, a fim de darem a conhecer o Instituto. Em Bragança foram recebidas pelo Vigário Capitular, Cón. Dr. António da Ressurreição Fernandes, que, depois de haver conversado com elas durante cerca de duas horas, lhes disse que uma das primeiras coisas que faria logo que chegasse o novo Prelado, era propor-lhe a fundação duma casa do Instituto naquela cidade.

Um dos problemas da Comunidade da Casa de Nossa Senhora das Dores era a falta de saúde dos seus membros. Desde o início, a doença e o sofrimento foram companheiros indissociáveis e até certo ponto limitativos. As Irmãs da Casa de Nossa Senhora das Dores conviveram, quase desde os inícios, com a grave enfermidade da Irmã Josefina de Freitas Torres Brandão, que veio a falecer no dia 10 de Dezembro de 1935. A vida edificante da Irmã Maria Josefina e a sua morte santa contribuíram para que o Instituto fosse alvo especial de atenção. Também por isso, o Instituto foi crescendo e fortalecendo-se.

O facto de entre as Irmãs haver tantas que tinham pouca saúde preocupava o P. Formigão. Relativamente ao futuro, ele aconselhava o maior rigor na selecção das vocações, dizendo que era preferível estar anos sem receber vocações, a aceitar vocações duvidosas.

Era notável a atenção do Fundador às Irmãs doentes. Numa ocasião em que a Irmã Ernestina esteve muito mal, com um grave problema de pele, ele pediu ao Sr. bispo de Leiria providências para que algum sacerdote pudesse celebrar na capela da casa ou pelo menos dar-lhe a comunhão. Sensível ao pedido, D. José logo providenciou a assistência de um sacerdote.

O Santíssimo em casa

Quando D. Agostinho de Jesus e Sousa, então bispo de Lamego, em 1938, visitou a Comunidade de Reparadoras em Fátima, estranhou que ainda não tinham Nosso Senhor em casa. Com essa impressão, escreveu ao P. Formigão e deve ter instado junto de D. José, para que desse a necessária autorização.

Em carta de 9 de Junho de 1938, o Sr. bispo de Leiria comunicou ao P. Formigão que dava a sua autorização para as Irmãs terem Nosso Senhor permanentemente na Capela da Casa de Nossa Senhora das Dores, assegurando que um dos Sacerdotes do Santuário iria lá celebrar a Missa aos Domingos e renovar as Sagradas espécies. Esta licença foi dada depois de o P. Formigão lhe haver escrito antes, a contar da estranheza de D. Agostinho de Jesus e Sousa.

A notícia da vinda do Santíssimo para a capela da Casa chegou à comunidade no dia 11 de Junho daquele ano de 1938, vinda directamente do Sr. bispo. As Irmãs, pela pena da Irmã Cecília, logo se apressaram a manifestar ao P. Formigão a sua alegria, dizendo-lhe que, logo que receberam a notícia, se dirigiram à capela a rezar o *Te Deum* em acção de graças e a pedir maior fervor para todas e bênçãos para o Sr. bispo.

O P. Formigão apressou-se a agradecer a D. José a comunicação da notícia. No dia seguinte, a Irmã Cecília foi agradecer pessoalmente a D. José a graça concedida, parecendo-lhe que ele estava tão contente como as Irmãs. A Ir. Cecília aproveitou para

lhe assegurar que teriam Nosso Senhor sempre acompanhado desde as 9 horas da manhã até às 9 horas da noite e que fariam adoração durante toda a noite, de 12 para 13 de cada mês. O Sr. bispo agradeceu-lhe e pediu-lhe que nunca o esquecessem junto de Nosso Senhor.

O pedido do *Nihil Obstat*

Apesar da distância, o Instituto estava sempre no pensamento do Fundador. E assim, o P. Formigão correspondia-se abundantemente com as suas filhas, para as orientar e animar. Preocupava-se com que as Irmãs tivessem tempos de descontração e lazer, para melhor se poderem dedicar à sua missão. Além da cura para o corpo, providenciava também a assistência espiritual.

Como a vida contemplativa e de recolhimento, própria do Instituto, não estava a ser bem entendida pelas Irmãs, o Fundador, em carta de 22 de Setembro de 1937, assegurava-lhes que, se a vida interior e a virtude forem sólidas, as pessoas não se perdem no meio das ocupações do dia a dia. Era necessário que os trabalhos das Irmãs fossem conhecidos e apreciados. Como esses trabalhos eram essencialmente confecção e bordados de paramentos, ele esperava que viessem a ter a preferência da diocese. Para tanto, deviam dá-los a conhecer através de anúncios nos periódicos “Voz da Fátima” e “Voz do Domingo”.

Em Janeiro de 1938, o P. Formigão demorou-se alguns dias em Fátima. No dia seis (Epifania), o P. Formigão fez a entronização da imagem do Sagrado Coração de Jesus na sala de visitas da *Betânia* de Fátima, e, no dia seguinte, fez a entronização da imagem do Imaculado Coração de Maria.

Nessa ocasião, o Fundador tratou também da aquisição de alguns terrenos contíguos à Casa de Nossa Senhora das Dores. Não podendo demorar-se mais tempo, o P. Formigão retomou a viagem para Bragança, tendo sido acompanhado, até Coimbra, pelo Dr. António Rodrigues da Silva, advogado e amigo dedicado do Instituto, que tratou com a maior solicitude da compra dos terrenos.

A fim de obter a aprovação do Instituto, o P. Formigão elaborou, então, um relatório que enviou para Fátima, a fim de as Irmãs tomarem conhecimento do seu conteúdo e fazerem as observações que julgassem convenientes. Esse relatório deveria acompanhar os documentos que seriam depois enviados a D. José, bispo de Leiria, e que eram necessários para se obter o *Nihil Obstat*. As Irmãs enviavam ao P. Formigão os seus mais belos testemunhos de amor pelo Instituto e desejo de santificação, o que devia encher de alegria o seu coração.

Com vista à obtenção do *Nihil Obstat*, o P. Formigão redigiu um relatório completo sobre a Casa de Nossa Senhora das Dores, que enviou a D. José, em 8 de Setembro de 1938. Preparou e enviou os respectivos documentos, assegurando que tudo quanto neles se continha havia sido maduramente estudado e discutido; que, depois de muita oração e ponderação, o documento foi unanimemente aceite em capítulo pelas Irmãs da futura Congregação; que todos, Fundador e Irmãs, estavam convictos que aquele documento era o traslado fiel do seu ideal religioso dentro do que julgavam ser o plano da Divina Providência a respeito da nova fundação.

Entretanto, preparava-se a primeira fundação na diocese de Leiria. O P. Manuel Pereira da Silva comunicou ao P. Formigão que a casa do Souto da Carpalhosa estava pronta a receber as hóspedes e que já o tinha comunicado ao pessoal da Casa de Nossa

Senhora das Dores. Aquele sacerdote, animado com a perspectiva da ida das Irmãs para o Souto, muito enalteceu a sua missão reparadora.

Mas a grande preocupação de todos continuava a ser a aprovação do Instituto. Os documentos para esse fim foram entregues por Mons. Manuel Jorge da Fonseca na Nunciatura Apostólica. Este recomendou ao P. Formigão muita oração e a necessidade de ter alguém que se interessasse pela causa em Roma. O P. Formigão pediu-lhe que aceitasse ele o cargo de ser o promotor da causa de aprovação do Instituto em Roma, mesmo de longe, o que ele aceitou.

Pouco depois, o P. Formigão escrevia à Irmã Cecília a comunicar que tencionava dar-lhes o retiro canónico a começar no dia 21 de Dezembro, à tarde, e celebrar a missa da meia-noite de Natal. Depois de ter dado conhecimento ao Senhor bispo de Leiria e de lhe solicitar a devida autorização, o Fundador partiu de Bragança no dia 21, pernitoit no Porto e, no dia seguinte, continuou a viagem para Fátima, tendo o retiro começado nesse mesmo dia à tarde.

Nesta altura, estava o P. Formigão convencido que a aprovação do Instituto estaria para muito breve. Por isso, este retiro, que ele julgava ser o penúltimo antes da profissão, revestia-se de uma importância acrescida, pela ocasião que proporcionava de as Irmãs tomarem verdadeiramente consciência das responsabilidades que iam assumir.

Na prática introdutória o Fundador traçou o perfil das Irmãs reparadoras dentro do Instituto: têm de ser almas verdadeiramente de Deus e tender a transformarem-se n'Ele; fortes na virtude e fervorosas na prática dos deveres de piedade; têm de ter espírito de sacrifício, cultivar o amor à oração, ao recolhimento e ser cheias de caridade; têm de aceitar, com generosidade, todas as ocasiões de mais se santificarem e de conhecer, amar e imitar o divino Modelo, Jesus Cristo.

A seguir, no dia de Natal de 1938, o P. Formigão assistiu a uma récita da J.C.F., no salão de conferências do Santuário, efectuada por jovens ensaiadas pelas Oblatas na casa da Oblatura.

No dia 31 de Dezembro, o Sr. D. José, acompanhado pelo Dr. João Venâncio, foi à Casa de Nossa Senhora das Dores presidir ao encerramento do retiro e fez uma prática às Irmãs. Nessa ocasião, o Fundador pôde ouvir, directamente do Sr. bispo, que se contava, para muito breve, com a aprovação do Instituto por parte da Santa Sé. Mas esta demorou ainda alguns anos a chegar.

Quando, em 1940, o P. Formigão se encontrou com o Sr. D. José, em Frossos, Braga, este mostrou-se mais optimista quanto à aprovação do Instituto, visto que a Santa Sé, após a eleição de Pio XII, estava mais aberta relativamente a Fátima e a tudo o que com ela se relacionava, por causa de devoção que este Papa tinha a Nossa Senhora de Fátima.

Em 1941, no retiro anual que deu às Irmãs, o Fundador voltou ao seu tema preferido, insistindo na obrigação que têm os religiosos de tender à perfeição e nos meios para ser santo.

Para obter a aprovação, Roma exigia a expansão da Congregação e o P. Formigão ia fazendo diligências nesse sentido. Em Maio de 1941, manifestou a sua satisfação pela forma como estavam a decorrer os preparativos para uma nova fundação em Vila Nova de Foz Coa. Em 1942, ainda a fundação anterior não tinha avançado, quando se pensava já numa outra.

O P. Formigão expôs a D. José um plano para o Instituto, que era o de realizar uma fundação que ligaria o Instituto mais ao Santuário de Fátima e contribuiria para descongestionar a Casa-Mãe, totalmente cheia. No edifício da Obra dos retiros, instalarse-ia o noviciado das Irmãs; estas fariam a adoração diurna perpétua a Nosso Senhor Sacramentado na capela interna ou numa das outras capelas do Santuário ou mesmo na Basílica.

Para fundamentar o seu pedido, Formigão apontou como exemplo o Instituto das Filhas de Santa Teresa, fundado em 1911, em Espanha, por D. Pedro Poveda Castroverde, que ele conheceu por ocasião da sua viagem pela Europa. Esse Instituto possuía também uma Casa de oração, reparação eucarística e acção de graças no Santuário de Rionsarez dedicado a Nossa Senhora.

Havia ainda uma outra circunstância a ter em conta. Constava que, segundo o plano de urbanização da Cova da Iria, a Casa de Nossa Senhora das Dores teria de ser demolida, pelo menos em grande parte, porque o edifício, mesmo intacto, já não era suficiente para comportar todos os serviços instalados na Casa-Mãe do Instituto.

Alguns meses depois de se ter reorganizado o Instituto na diocese de Leiria, tornou-se claro ao Fundador, que só a vida contemplativa não satisfazia as Irmãs e que estas sentiam necessidade de se dedicarem a obras mais activas de apostolado. Também ele estava convencido de que, se as Irmãs não se dedicassem a obras de apostolado, não fariam nenhum bem na terra onde se encontravam, nem granjeariam as simpatias do povo. Por esse motivo, diligenciou que algumas Irmãs de coro se preparassem para tomar conta de obras de carácter social e caritativo, que se pudessem conciliar com o fim especial da Instituição. E assim pensou em fundar um colégio e um pensionato em Macedo de Cavaleiros e um patronato em Vila Nova de Foz-Côa.

Esta ideia, inicialmente, não foi bem acolhida por algumas Irmãs, que a ela se opunham tenazmente. Surgiram, depois, outros projectos em Cascais e Penafiel, bem mais pesados que os primeiros, que as Irmãs aceitaram. E assim se chegou a acordo de que era importante o Instituto dedicar-se a obras activas.

Se o P. Formigão não conseguiu, em vida, a totalidade dos seus projectos, pelo menos conseguiu, já no céu, que as suas filhas se entregassem à adoração perpétua do Santíssimo Sacramento na Cova da Iria, como veio a acontecer no dia 1 de Janeiro de 1960, quando este foi inaugurado.

À procura da aprovação de Roma

A fundação de comunidades era sinal de vitalidade do Instituto e prova de existência, em Roma. Logo após as primeiras fundações se verificou que o Instituto se devia dedicar também a obras activas de educação e promoção social. Para isso, era necessário e urgente preparar as Irmãs para essas obras. Numa carta de 3 de Outubro de 1945, à Madre Cecília, o Fundador alertou-a para a importância da formação e para a necessidade de mandar preparar as Irmãs para as casas de trabalho nos Patronatos do Instituto.

Um mês mais tarde, 26 de Novembro de 1945, o P. Formigão advertia de novo a Ir. Cecília de que era necessário proporcionar uma cultura geral às Irmãs de coro, especialmente às eventuais futuras superiores. Dizia ele que “sem os conhecimentos da história universal, da geografia e da literatura portuguesa, são quase umas ignorantes e também correm o risco de desprestijiar o Instituto”.

Já em 14 de Outubro de 1946, o Fundador enviou à Ir. Maria da Encarnação, Mestra de Noviças, as orientações essenciais à formação das noviças. “Estas aproveitem o tempo do Noviciado para se exercitarem em todas as virtudes, especialmente na humildade e na obediência e cultivem com esmero a pureza de intenção, o recolhimento interior e o hábito da presença de Deus”.

Ainda em Meixomil, pediu à Irmã Maria do Carmo Lopes da Fonseca, em carta de 17 de Março de 1947, que viesse temporariamente, passar algum tempo àquela comunidade, como Delegada da Superiora Geral ou como Visitadora. Isso seria de grande conforto moral para ele, que não tinha com quem trocar impressões, precisamente na ocasião em que estava a tratar de várias fundações e em que a sua saúde se encontrava mais abalada.

Em 1948, o Fundador terminou a elaboração das Constituições das Reparadoras de Nossa Senhora das Dores de Fátima, que tinha iniciado em Bragança, e nesse mesmo ano enviou-as para Roma. Foram aprovadas em 11 de Abril de 1949 pela Congregação dos Religiosos. O Sub-Secretário da Congregação, P. Arcádio Larraona, escreveu ao bispo de Leiria, D. José, dando a notícia de que fora publicado o decreto da erecção canónica do Instituto. A tradução do texto latino em português vem no início das Constituições, 1ª edição, Braga, 1949.

Ao receber a notícia da aprovação das Constituições em Roma, o P. Formigão reagiu serenamente, com alegria, e apenas disse uma palavra: “Magnificat!”; “esperava por ela, mas não tão cedo”, disse ele à Ir. Maria do Carmo, em carta de 20 de Maio de 1949. Referiu, nessa carta, que recebera um documento antes de vir a aprovação, e se as suas Religiosas o tivessem conhecido, teriam sofrido e haveria grande perturbação. Ele, porém, “quis sofrer só e não foi pouco”, disse. Mas confiou sempre. Muito o estimulou a continuar a trabalhar e a lutar, esta frase do Núncio a Mons. Fonseca, depois de ter recebido o referido documento: “Isto não é a última palavra sobre o assunto”.

O P. Formigão conhecia bem as dificuldades e a descrença de muitos acerca do seu Instituto, e por isso, aconselhava a máxima prudência quando se tratava de divulgar a aprovação da Congregação na revista *Stella*. Na mesma carta à Ir. Maria do Carmo, (29.05.1949) ele dava conta das suas tentativas em divulgar a aprovação da Congregação.

A D. José escreveu, a pedir-lhe que, para evitar justo melindre, comunicasse ao Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira a notícia da aprovação antes que ele viesse a saber por outra via. O P. Formigão queria que a notícia da aprovação saísse na revista *Stella*, no número de Junho desse ano 1949. Pensava que, no artigo, era melhor não fazer referência ao historial da existência do Instituto antes da aceitação das Irmãs por D. José, depois da sua separação da Obra de D. Luísa Andaluz. Afirmava que o bem do Instituto e os direitos da História deviam prevalecer sobre as demais considerações. E, além disso, “trata-se duma reparação que nos é devida por justiça e por caridade, pois fomos muito mal apreciados e até caluniados”.

A Erecção Canónica da Congregação

Depois da aprovação das Constituições em Roma, o caminho estava livre para que o Sr. bispo de Leiria procedesse ao reconhecimento jurídico, de direito diocesano, da nova Congregação. Assim o fez, por Decreto de 15 de Agosto do mesmo ano de 1949. A cerimónia das primeiras profissões ocorreu no dia 22 de Agosto, festa litúrgica

do Imaculado Coração de Maria, na Basílica do Rosário, em Fátima. O retiro preparatório foi orientado pelo P. Francisco Rendeiro, Dominicano, que veio a ser mais tarde bispo do Algarve e depois de Coimbra.

No dia 21, houve uma vigília solene, com a presença da Imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, dirigida pelo mesmo conferente do retiro. No dia seguinte, às oito horas da manhã, o bispo da diocese, D. José Alves Correia da Silva, celebrou Missa solene, em honra do Imaculado Coração de Maria, tendo como assistentes os Senhores Cónegos Dr. João Pereira Venâncio e Dr. António Antunes Borges, reitor do Santuário. Assistiram a esta cerimónia o Seminário de Leiria, as Religiosas Reparadoras em número de trinta, o Dr. Formigão e outros sacerdotes, e numerosos fiéis. Na altura da comunhão, a Superiora Geral e Co-fundadora, Irmã Cecília da Purificação Santos, seguida do Conselho Geral da Congregação, emitiram, nas mãos do oficiante, o Sr. D. José, a profissão perpétua.

A seguir, celebrou o P. Formigão, que recebeu a profissão das restantes Irmãs que tinham feito o seu noviciado. Eram 14 de votos perpétuos e 16 de votos temporários. Por fim, houve a cerimónia da imposição do véu e do anel.

No final da cerimónia, o Sr. bispo chamou expressamente ao altar o venerando Fundador, para o abraçar. Neste dia 22 de Agosto, o P. Formigão recebeu um cartão da vidente Ir. Lúcia, felicitando-o e a todas as Irmãs, e unindo-se em oração ao Imaculado Coração de Maria, para que tomasse sob a sua protecção o novo Instituto.

Depois daquele dia festivo, o P. Formigão continuou a atender e a dedicar-se à formação daquele grupo de religiosas, que aumentava continuamente, e a acompanhar as sucessivas fundações. Essa razão, junta a outras, justifica a presença assídua do P. Formigão na Casa de Fátima. Era necessário tomar contacto com as peregrinações, para continuar as suas habituais crónicas na “Voz da Fátima”. Outra razão era a necessidade de ir todos os anos tomar as águas termais de Monte Real e o descanso que lhe ofereciam as suas filhas no retiro de Souto da Carpalhosa.

Em Novembro de 1949, encontrando-se o Servo de Deus de visita na Casa de Sanhoane, teve de ser internado no Hospital de Lamego. Ali o encontrou o Dr. Alberto Cosme do Amaral, mais tarde bispo de Leiria, e na altura Capelão da Casa de Saúde daquela cidade. Nesse encontro, o P. Formigão pediu-lhe para o atender de confissão. Testemunhou mais tarde o Sr. D. Alberto, que o impressionou vivamente o abandono do Servo de Deus nas mãos da Providência.

Em 1950, o Sr. D. Agostinho, bispo do Porto, dispensou-o, por razões de saúde, da recitação do Ofício Divino, trocando-a pela do Rosário completo. Em 1951, não podendo ganhar um jubileu com a visita às igrejas, foi-lhe concedido o privilégio de poder fazê-lo em casa.

Mesmo muito doente, o Servo de Deus aproveitava todas as oportunidades para ajudar o seu Instituto a progredir. Numa carta de 7 de Março de 1951, à Ir. Maria da Encarnação, propôs-lhe uma série de actividades a que as Irmãs se poderiam dedicar na Casa de Fátima, tais como: educação de crianças, profissionalização no trabalho para raparigas, catequese para crianças, adolescentes, e adultos de ambos os sexos, recorrendo a meios e processos modernos, a exemplo do que já vinham realizando as Oblatas nas sedes da Acção Católica, no Santuário de Fátima e em Bragança. O P. Formigão lembrava-lhe ainda a possibilidade de as Irmãs se ocuparem na divulgação da imprensa católica, especialmente nos dias 13 de cada mês.

Vinte anos após a aprovação pelo bispo de Leiria, a casa-mãe das Reparadoras em Fátima foi visitada pelo Patriarca de Lisboa. Tratou-se de uma visita de alto significado, não só pelo gesto do Cardeal Cerejeira, mas também pelo conteúdo das suas declarações. A 13 de Abril de 1969, acompanhado do bispo local D. João Pereira Venâncio, o Patriarca de Lisboa, recordando o historial da separação dos dois ramos da Obra de Santarém, declarou com verdade e humildade: “Fiz sofrer muito o Dr. Formigão e esta Madre Cecília... Mas eu também sofri e não pouco! (...) Reconheço agora que a Obra da Reparação é uma Obra de Deus, de grande valor na Igreja e com uma grande missão a cumprir”.

Com este gesto, o Cardeal Patriarca enaltecia a missão reparadora da Congregação e a adoração perpétua do Santíssimo no Santuário a ela confiada. Onze anos após a morte do Fundador, cuja “ousadia” em enfrentar a visão do Patriarca era conhecida, a atitude do Patriarca era o selo eloquente a confirmar o espírito da Congregação Reparadora.